



Índice

- 01** DIREITOS HUMANOS - MP-PR articula-se a outros órgãos para aprimorar o atendimento à população indígena
- 02** Rondônia realizará o primeiro concurso público específico para professores indígenas no Brasil
- 03** Mutirão proporciona documentação a indígenas
- 04** Delegado reprova ocupação indígena no Jardim Petrópolis
- 05** Indígenas continuam bloqueio da MS-156 por melhorias na educação e saúde
- 06** Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais realiza Seminário para definir Planejamento Estratégico
- 07** I Seminário de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos da Região Norte
- 08** Lideranças indígenas alertam a população para não tentarem trafegar pela MS-156 que não conseguirão retornos
- 09** Seminário debate economia solidária e desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas -RR
- 10** "Atiram sobre nossas cabeças. Pá, pá, pá, pá. A gente fica com medo, mas reza e não sai", diz Kaiowá em área retomada
- 11** Comunidade quilombola em Aquiraz é reconhecida pelo INCRA



- 12 AM – I Seminário de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais Indígenas do Médio Juruá: 4 a 6 de agosto, em Eirunepé
- 13 SP – 11º Encontro “Defensorando Comunidades Tradicionais”: 9 de agosto, em Registro
- 14 Jorge Viana quer esclarecimentos da Funai sobre índios isolados
- 15 Não acreditamos em medicina pobre para pobre
- 16 GMDSES inicia ação de cidadania nas aldeias
- 17 Eleições indígenas acontecem no dia 9 de agosto em José Boiteux.
- 18 Luciana Genro diz que vai criar Ministério da Ecologia e Justiça Ambiental
- 19 Reserva Indígena tem 800 crianças fora da escola em Dourados
- 20 Conselheira denuncia falta de transparência em dinheiro que seria usado para saúde indígena
- 21 Chapada dos Veadeiros: Indígenas e quilombolas discutem problemas no coração do Brasil
- 22 Agronegócio faz blitz com presidenciáveis; querem mais terras para estrangeiros e mudanças na Constituição
- 23 RJ – Baía de Guanabara: Pescadores reclamam de perda de espaço e da diminuição de espécies
- 24 RR – Nota da Polícia Federal e Ministério Público Federal sobre a ameaça de morte ao líder indígena Davi Kopenawa



-
- 25** Turma de língua indígena recebe certificados
 - 26** Programa de Formação de Professores Indígenas da UEA vai formar primeira turma
 - 27** Prefeito Pedrinho cobra urgência de poço artesiano para comunidade indígena
 - 28** Com 17 equipes indígenas, Copa das Árvores começa em 7 de agosto
 - 29** Festival das Tribos fortalece o turismo em Juruti
 - 30** Pesquisadores fazem recomendações para recuperação de área degradada por garimpo



DIREITOS HUMANOS - MP-PR articula-se a outros órgãos para aprimorar o atendimento à população indígena

SÍTIO MP/PR, 30.07.2014

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – Área das Comunidades Indígenas, em conjunto com as Promotorias de Justiça de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, reuniu-se, na última segunda-feira (28 de julho), com representantes do Ministério Público Federal e de outras instituições com atuação na área. Durante o encontro, foi criado um grupo de trabalho que vai acompanhar o atendimento das políticas e serviços públicos afetos à comunidade indígena de Rio das Cobras.

A intenção é que atuação interinstitucional fortaleça e agilize a comunicação entre os órgãos envolvidos, aprimorando a rede de atendimento através da interação entre os órgãos públicos que a realizam. Além do Ministério Público Estadual e Federal, a princípio, o GT será composto pelos seguintes órgãos: Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras, Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Laranjeiras, Polícia Militar, Polícia Civil, bem como lideranças da Terra Indígena.

A Terra Indígena de Rio das Cobras conta com nove aldeias, distribuídas por uma área de aproximadamente 18.600 hectares. O espaço, totalmente demarcado pelo governo federal, está situado na área territorial dos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A população estimada é de cerca de 3 mil indígenas, pertencentes às etnias kaingang e guarani.

Informações para a imprensa com:

Assessoria de Comunicação

Ministério Público do Paraná

(41) 3250-4228 / 4226 / 4439



Rondônia realizará o primeiro concurso público específico para professores indígenas no Brasil

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 30.07.2014

Em 2010 foi criada a Lei Complementar Estadual 578, que garante a educação para os povos indígena, criando quadro de educadores e técnicos indígenas fazendo com que os mecanismos de conhecimento das diferentes etnias e aldeias sejam respeitados e repassados por meio de integrantes do próprio povo.

Após diversas reuniões e reivindicações dos índios, o primeiro concurso público específico para professores, técnicos e sabedores indígenas no Brasil teve o contrato firmado e será realizado em Rondônia através da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). O edital do concurso está em fase de elaboração pela Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt (Funcab) e em breve será divulgado.

Em 2010 foi criada a Lei Complementar Estadual 578, que garante a educação para os povos indígena, criando quadro de educadores e técnicos indígenas fazendo com que os mecanismos de conhecimento das diferentes etnias e aldeias sejam respeitados e repassados por meio de integrantes do próprio povo.

Desde então, inúmeras reuniões foram realizadas com representantes da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso (Opiron), Seduc, Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia e Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos (Searh) para alinhar as solicitações das comunidades indígenas junto com a legislação e, então, firmar a realização do concurso.

Inicialmente, de acordo com a gerente do Recursos Humanos da Seduc, Rita Ramalho, o concurso ofertará 130 vagas para técnicos, professores níveis superior, magistério e especial – entendido como sabedor indígena. Além disso, Rita afirma que haverá também quadro reserva com previsão de futura ampliação de contratação. “Este edital terá um formato diferenciado dos concursos convencionais, com intuito de garantir as especificidades dos povos indígenas”, explica.

O secretário de Estado da Educação, Emerson Castro, avalia a conquista como um grande passo para a educação não só em Rondônia, como no Brasil. “Mesmo sendo o Estado com o maior número de etnias do país, ainda tivemos certas complexidade do certame. Mas planejando, trabalhando e dialogando, mostramos que é possível avançar na segurança do direito à educação para todos”, finaliza.



Mutirão proporciona documentação a indígenas

SÍTIO RONDA DO MS, 30.07.2014

Com a obrigatoriedade do porte de documento civil já vigorando, a população indígena de Sidrolândia está recebendo dos segmentos que integram o Comitê Gestor Municipal e o Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.

A ação social proporciona aos indígenas, o acesso à Certidão de Nascimento civil e indígena, RG, CPF e Carteira de Trabalho.

Prefeitura, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Conselho Tutelar, APAE, FUNAI, Cartório do 1º Ofício, SESAI, Programa Vale Renda, Igreja Católica, Conselho Municipal de Assistência Social, e Secretarias Municipais estão envolvidos no mutirão.

Nesta quarta-feira (30), o atendimento ocorre até às 17 horas no Salão da Cultura da Aldeia Tereré, para moradores da localidade e da Aldeia Nova Tereré.

Na quinta-feira (31), das 7h às 17h, serão atendidos indígenas da Córrego do Meio, Lagoinha e 10 de Maio, que devem se dirigir à Escola Municipal Cacique Armando Gabriel, na Aldeia Córrego do Meio.

Mauro Silva



Delegado reprova ocupação indígena no Jardim Petrópolis

SÍTIO RONDA DO MS, 30.07.2014

O delegado Enilton Pires Zalla concedeu entrevista nesta quarta-feira (30) ao Jornal Ronda da Cidade da Rádio Pindorama, onde manifestou posição acerca da ocupação por indígenas residentes na Aldeia Nova Tereré, a uma área particular no Jardim Petrópolis.

Ele declarou que a Polícia Civil foi informada sobre a ocupação, e buscou junto à Prefeitura de Sidrolândia, esclarecimentos em torno do episódio.

"Por enquanto há um pedido feito por um vereador, que ocorresse a venda de um terra da Prefeitura para instalação do aterro sanitário, fossem adquiridos três hectares de terra para abrigar os indígenas dali da região da Aldeia Nova Tereré, e eles decidiram ocupar prematuramente sem qualquer autorização do Legislativo, sem qualquer decreto da Prefeitura", enfatizou Enilton.

De acordo com o delegado, os terrenos ocupados pelos indígenas estão em uma área verde, que não pode ser utilizada para construção habitacional.

Mesmo buscando na lei, o amparo para tratar do assunto, o Dr. Enilton Zalla mostrou conhecimento com a situação enfrentada pelos indígenas na área onde estão instalados. "A polícia já sabe da situação caótica do pessoal da Aldeia Nova tereré onde a água (de chuvas) desce com toda a força, alaga todas as casas e isso, também vai ocorrer se for instalado naquela região (área ocupada)".

O delegado revelou que está em contato com o setor de Meio Ambiente da Prefeitura, Polícia Militar Ambiental e Ministério Público Estadual (MPE), para que seja encontrada solução para atendimento aos indígenas.

Mauro Silva



Indígenas continuam bloqueio da MS-156 por melhorias na educação e saúde
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 30.07.2014

Cerca de 60 indígenas continuam bloqueando a MS-156, entre Dourados e Itaporã, a 225 quilômetros de Campo Grande. A interdição começou na manhã desta quarta-feira (30).

De acordo com a Polícia Militar Rodoviária, os índios estão interditando a estrada com troncos de árvores. Eles solicitam a presença de um representante da prefeitura para discutir melhorias na educação e na saúde.

Interdições

No dia 21 deste mês, os indígenas bloquearam a MS-156, entre a Avenida Guaucurus e a rodovia solicitando que a sinalização do local seja melhorada e os pedestres tenham maior segurança. O começo no dia 20, após o atropelamento e morte da indígena Lenilza Nunes, de 46 anos.

Em fevereiro, indígenas e servidores da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) bloquearam a MS-156, exigindo melhores condições de trabalhos nos postos de saúde da Reserva Indígena do município. (Midiamax)



Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais realiza Seminário para definir Planejamento Estratégico

SÍTIO O XINGU, 30.07.2014

A Câmara Técnica de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (CT-6), com o apoio da Secretaria Executiva do PDRS do Xingu, realizou na Casa Familiar Rural de Altamira, um Seminário com o objetivo de elaborar subsídios para o planejamento do PDRS do Xingu e refletir sobre prioridades do trabalho da CT-6. Todos os membros tiveram a oportunidade de levantar propostas que viessem ampliar e fortalecer as demandas da câmara, aprofundando as discussões e questões que afetam os Povos indígenas e Comunidades Tradicionais.

Na reunião de planejamento foram ressaltados assuntos como a situação, e realizado encaminhamentos para as temáticas relacionadas às políticas públicas universais (educação, saúde, energia, saneamento, comunicação, segurança alimentar, etc.), à garantia de território, o fortalecimento das organizações sociais, a produção sustentável para os povos indígenas, os extrativistas das unidades de conservação e os ribeirinhos. O planejamento ajudará a câmara técnica na composição dos eixos de trabalho, possibilitando direcionar o que é prioritário. "A discussão busca a elaboração de um documento sintetizando com os anseios dessas classes para dar subsídio ao PDRSX e ao BNDES", ressaltou o coordenador da câmara técnica, Leonardo Messias.

Participaram do Seminário membros da câmara técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Integrantes da Rede Terra do Meio, lideranças indígenas e Extrativistas.

PDRS



I Seminário de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos da Região Norte
SÍTIO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 30.07.2014

Inscrições vão até dia 4 de agosto

Estão abertas as inscrições para o I Seminário de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos da Região Norte, que será realizado no dia 4 de setembro, em Manaus/AM. O evento – organizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP) da 20ª região (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), em parceria com os CRPs da 10ª região (Pará e Amapá) e Tocantins (23ª Região) – tem vagas limitadas (250), que devem ser preenchidas até o dia 4 de agosto pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.congresso2014.abrasme.org.br/>

A iniciativa do encontro, que acontecerá na Universidade Nilton Lins, auditório Vânia Pimentel, tem o propósito de dar continuidade à proposta de regionalizar as discussões referentes à atuação do (a) psicólogo (a) nas políticas públicas indígenas, valorizando as experiências desses (dessas) profissionais nos diferentes locais ou contextos em que estão inseridos.

Programação

Pela manhã, a mesa de abertura “Povos Indígenas, Psicologia e Políticas Públicas” será composta pelos (as) presidentes dos CRPs 20 (Gibson Alves dos Santos), 10 (Jureuda Guerra) e 23 (Tássio Sales), além dos palestrantes Lucas da Silva Nóbrega (Psicólogo e Coordenador do programa de Saúde Mental Indígena SESAI – Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde) e João Paulo Tukano (antropólogo social). A mesa será coordenada por Ermelinda do Nascimento Salem José (Prof.^a Dr.^a da Fapsi – Faculdade de Psicologia da UFAM).

À tarde, para debater o tema “Direitos Humanos, Políticas Públicas de Saúde e Educação Indígenas”, os palestrantes serão Egydio Schwade (Indigenista e coordenador do Comitê Estadual da Verdade – AM), Edson de Oliveira (Prof.^o Dr. da Faculdade de Direito da UFAM) e Gersem Baniwa (Prof.^o Dr. da Universidade Federal do Amazonas). A coordenação é de Elciclei Faria dos Santos (Prof.^a Ma. da Faced- Faculdade de Educação da UFAM – Programa de Formação Superior de Professores Indígenas).

A última mesa do evento tratará sobre “Psicologia e Povos Indígenas: Experiências do Sistema Conselhos de Psicologia”, com as participações da psicóloga Lumena Celi Teixeira (membro do G. T. Psicologia e Povos Indígenas do CRP06 -SP) e representantes dos CRPs da Região Norte: CRP 20 (AM-RR-RO-AC), CRP10 (PA-AP) e CRP23 (TO).



Lideranças indígenas alertam a população para não tentarem trafegar pela MS-156 que não conseguirão retornos

SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 30.07.2014

O Bloqueio na MS-156 que teve início na manhã desta quarta-feira (30), não tem previsão para acabar, líderes indígenas garantem que manterão o bloqueio em todos os períodos até que suas reivindicações sejam atendidas.

Entre as reivindicações está o piso salarial de 20 horas, melhoria nas escolas da Aldeia, entre outras coisas.

Segundo Maximino Rodrigues professor e líder indígena "Pedimos melhorias na educação uma vez que as escolas da aldeia têm 320 funcionários, sendo 190 professores para 3.339 alunos no fundamental, exigimos também concursos diferenciados. Na segunda-feira tivemos uma reunião no CEAD (Centro de Atendimento Indígena) juntamente com o vereador Aguilera mais nada foi resolvido, então na terça foi realizada uma panfletagem na qual informamos a greve e alertamos que trancaríamos a rodovia, haja vista que o prefeito de Dourados não se manifestou".

Na parte da manhã até foi permitido que alguns carros retornassem ao tentar trafegar pela MS-156, porém na parte da tarde isso não foi mais permitido, já é grande o número de caminhoneiros parados na rodovia, estão em torno de 10 caminhões presos, pois não conseguem retornos.



Seminário debate economia solidária e desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas -RR

SÍTIO COOPERATIVISMO.ORG, 30.07.2014

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) realiza de 29 de julho até o dia 31 o seminário sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, reunindo lideranças indígenas de diversas regiões do estado, técnicos agrícolas indígenas e gestores públicos. A atividade será realizada na Casa de Cura, localizada na BR174 (próximo ao Distrito Industrial), em Boa Vista/RR.

Promover uma discussão e reflexão das lideranças indígenas sobre políticas públicas e as alternativas de economia solidária, fortalecendo a união, o aumento na produção e comercialização de produtos, a segurança alimentar e a geração de renda nas comunidades indígenas, esse é o foco do seminário.

Para a ocasião, foram convidadas as instituições públicas Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), Companhia Nacional de Abastecimento(CONAB), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento(SEAPA), Universidade Federal de Roraima(UFRR), Instituto Federal de Roraima(IFRR) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia(INPA) . Além da presença das organizações indígenas, estudantes indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena (GTA), Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS) e os centros de produção Tamanduá e Jacamim.

De acordo com a programação, amanhã, às 9h, com a presença dos gestores públicos, o evento inicia o debate abordando a temática sobre “políticas públicas de economia solidária”, a partir de três pontos específicos: Programas de Agricultura Familiar (PRONAF), Aquisição de Alimentos (PAA), Alimentação Escolar (PNAE) e Ensino Técnico (PRONATEC). À tarde, o evento segue com a temática sobre “participação indígena nas políticas públicas de economia solidária”. Para essa temática, o evento conta a presença das organizações indígenas Associação dos Povos Indígenas da Terra Indígena São Marcos (APITSM), Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR), Conselho do Povo Indígena Ingaricó(COPING) e Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol(CIFCRSS).

No dia seguinte, 30, os participantes discutem o tema “alternativas de desenvolvimento sustentável – Associações e Cooperativas Indígenas, Produção Tradicional, Agroecologia, Formação e Inserção Profissional de Técnicos Indígenas”. A abordagem será feita com a participação de técnicos da Funai, Instituto Insikiran(UFRR), Instituto Federal de Roraima(IFRR) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia(INPA). O dia segue, à tarde, com o tema sobre “participação indígena nos programas de desenvolvimento sustentável”, nesse tema, a presença de estudantes indígenas do curso de Gestão Territorial Indígena (GTI/UFRR), do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol(CIFCRSS) e dos centros de produção Tamanduá e Jacamim.

CONT.



O último dia, 31, estará reservado para a discussão em grupo, elaboração, planejamento e estratégias a serem implementadas de acordo com o tema abordado.

O seminário é uma atividade do projeto de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas de Roraima, executado pelo CIR desde o mês de abril, com o objetivo de discutir diretamente com as lideranças indígenas as demandas de produção existente nas comunidades, bem como os meios alternativos de comercialização e valorização dos produtos.

Apesar da discussão sobre economia solidária e desenvolvimento sustentável ser recente, principalmente, pós demarcação e homologação de terras indígenas, mas as experiências sobre o assunto entre os povos indígenas de Roraima vem de décadas, através da implantação do Projeto de Gado e das Cantinas Comunitária nas comunidades indígenas com o apoio da Diocese de Roraima e diversos parceiros.

A partir do ano 1996 teve início à estruturação do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, localizada na comunidade indígena Barro, região do Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a missão de promover a formação de jovens indígenas nas áreas de agropecuária e gestão ambiental, o desenvolvimento de atividade produtivas sustentáveis nas comunidades, e a ampliação das parcerias com entidades indigenistas e órgãos de apoio ao desenvolvimento sustentável.

Essa iniciativa está na proposta do Conselho Indígena de Roraima de estruturar os Centros Regionais de Produção Indígena, previsto no planejamento estratégico no triênio, 2013 a 2015, que busca seguir os princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, de forma que fortaleça as práticas tradicionais de produção e as especificidades da cultura indígena.

A atividade promovida pelo CIR, conta com o apoio das entidades parceiras da organização Secours Catholique Caritas France, Embaixada da Noruega e das instituições Fundação Nacional do Índio (Funai) e Universidade Federal de Roraima(UFRR).



“Atiram sobre nossas cabeças. Pá, pá, pá, pá. A gente fica com medo, mas reza e não sai”, diz Kaiowá em área retomada

SÍTIO CIMI, 30.07.2014

Tão logo retomaram mais um naco de terra tradicional do tekoha - lugar onde se é - Passo Piraju, nesta última segunda-feira, 28, o acampamento de oito famílias Kaiowá erguido no local passou a ser atacado por homens armados. “Atiram sobre nossas cabeças. Pá, pá, pá, pá. A gente fica com medo, mas reza e não sai”, diz um dos indígenas presentes na área reocupada. No Mato Grosso do Sul, este é o “olá!” de fazendeiros antes do início de qualquer mesa de diálogo.

Lideranças indígenas da Aty Guasu, a grande assembleia Guarani Kaiowá, pedem proteção aos Kaiowá de Passo Piraju. Com a retomada desta segunda, os Kaiowá ganham um pouco mais de espaço - não sabem ao certo o tamanho da terra recuperada - e inserem mais um episódio na história de uma luta emblemática pela terra Guarani Kaiowá travada numa das regiões mais violentas do estado.

Passo Piraju fica às margens do rio Dourados, entre os municípios de Dourados e Laguna Carapã, região de Porto Kambira. Os Kaiowá ocupavam cerca de 20 hectares, retomados a partir de 2004, e mantidos com a típica resiliência do povo entre fazendas de soja e cana, tiros de pistoleiros, criminalização de lideranças, além de sucessivas tentativas de reintegração de posse - a última teve um desfecho positivo aos Kaiowá no ano passado.

A retomada é apenas mais um importante passo entre tantos que precisam ser dados para que os Kaiowá voltem a viver no território de onde foram expulsos na primeira metade do século 20. Fazendeiros incentivados pelo governo federal e apoiados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) chegaram em Passo Piraju, conforme o relato dos mais velhos, e disseram para os Kaiowá irem embora da fazenda. O tempo passou e a reparação do erro cometido pelo Estado está longe de se efetivar pelo cumprimento dos termos da Constituição de 1988.

Se por um lado o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo determinou a paralisação das demarcações de terras indígenas, por outro também não cumpre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado junto ao Ministério Público Federal (MPF) em 2007, para que fossem constituídos grupos técnicos com foco na identificação e delimitação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no cone sul.

O Relatório Circunstanciado de Identificação do tekoha Passo Piraju foi entregue pelo antropólogo responsável à Funai em outubro de 2011. O estudo estava no escopo das ações do Grupo de Trabalho (GT) Dourados-Amambaipeguá, um dos seis GT's criado pelo órgão indigenista do Estado em 2008 por força do TAC. Porém, nenhum foi capaz de concluir os procedimentos apesar das inúmeras promessas feitas aos indígenas.

CONT.



“Plantem meus ossos aqui”

Passo Piraju possui posto de saúde, escola, poço artesiano, roças e criação de animais. Em diversidade, os kaiowá produzem mais culturas do que os monocultivos de cana e soja do entorno. Se para o governo federal e agronegócio, para a Bolsa de Chicago ou para a China uma terra indígena é a representação do atraso econômico, aos Kaiowá é a certeza de não voltar para a situação de dez anos atrás quando viviam sem ter o que comer às margens da rodovia. Assim ainda vivem milhares de Guarani e Kaiowá pelo Mato Grosso do Sul afora: cercados por bilhões de dólares em soja, cana e gado sugados da terra ancestral, mas sem as famílias terem o que comer ou um pedaço de terra para plantar.

Durante ameaça de reintegração de posse em outubro de 2012, Carlito Kaiowá (na foto ao lado), liderança de Passo Piraju, declarou: “Se a lei vai ter o poder de tirar de nós o Passo Piraju, eu quero que a lei retire só as minhas crianças. Eu quero deixar a minha carne, o meu osso em cima dessa terra aqui. Eu vou deixar. Podem vir fazer o despejo. Só que daqui eu não saio. Eu quero que a minha morte, que minha catacumba seja no rio. Quero que minhas crianças, quando elas voltarem de novo, que elas cacem o meu osso para plantar de novo na aldeia. Eu quero que me plante na aldeia Passo Piraju, porque aqui eu nasci, daqui eu fui expulso, aqui que eu vou poiá minha catacumba”.



Comunidade quilombola em Aquiraz é reconhecida pelo INCRA

SÍTIO CEARÁ NEWS 7, 30.07.2014

A comunidade quilombola de Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza, teve seu território reconhecido e delimitado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, na última sexta-feira (25).

Estudos realizados pela superintendência regional do Incra no Ceará reconheceram a presença de 137 famílias remanescentes de quilombos e delimitaram a área de 1,4 mil hectares de território quilombola.

A publicação da portaria conclui o período de análise e julgamento de contestações acerca de estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos realizados na comunidade e reunidos em um documento chamado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Com a aprovação definitiva do RTID de Lagoa do Ramo e Goiabeira, a presença da comunidade e o tamanho de seu território não podem mais ser contestados.

As famílias aguardam agora a publicação de decreto presidencial definindo a área de interesse social para desapropriação, com o objetivo de criação do território quilombola e a posterior entrega do título de propriedade coletiva do território à comunidade.

Conheça aqui o passo a passo do processo de reconhecimento ou consulte o andamento de processos já abertos no Incra.

* Com informações do INCRA



AM – I Seminário de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais Indígenas do Médio Juruá: 4 a 6 de agosto, em Eirunepé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.07.2014

Por Danielle Moreira Brasileiro – Funai/CRVJ

A população indígena das etnias Kulina (Madjá), Kanamari e Deni da região do Médio Juruá vem passando por várias situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Destacamos aqui a situação da região de Eirunepé, onde situa-se a Terra Indígena Mawetek e onde temos indígenas Kulinas e Kanamari. Registramos algumas situações que vêm ocorrendo:

Alto índice de mortalidade infantil – só no ano de 2013 mais de 15 crianças com menos de dois anos morreram;

Não cobertura total de equipe de saúde na área indígena durante o mês – o número de profissionais é insuficiente para a demanda;

Já houve publicação de portaria do Juiz local limitando o prazo de permanência dos indígenas na cidade de Eirunepé;

Há grande venda de bebidas alcoólicas para os indígenas;

Há grande preconceito em repartições públicas no atendimento dos indígenas;

Há grande morosidade na emissão de registros de nascimento;

Há índio preso na cadeia pública sem mesmo falar o português e ter conhecimento dos códigos culturais/leis dos não índios;

Há processos instaurados onde relatam óbitos de indígenas por réus confessos, cujo julgamento sequer foi feito;

Há uma casa de “apoio” aos indígenas em trânsito na cidade que na verdade revela a maneira como os indígenas vêm sendo tratados. A situação evidencia a falta de dignidade da pessoa humana, fere os princípios dos direitos humanos, pactuados inclusive internacionalmente.

Enfim, as situações são muitas, e o Estado precisa agir. E com base nestas situações a Funai está organizando um grande evento para pactuar ações, projetos e programas a fim de erradicar tais vulnerabilidades e violações dos direitos, dentre as quais o preconceito é a maior delas.

O evento contará com a presença da Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, da presidenta da Funai e de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério Público Federal, além de autoridades regionais e locais.

Objetivos:

Contribuir na articulação e qualificação da participação de lideranças indígenas e suas organizações em espaços de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas; e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 132 / 2014

Brasília, 31 de julho de 2014.

Construir fluxos de acessibilidade às políticas sociais com recorte indigenista e afirmativo para os povos indígenas na Rede de Atendimento Social do município de Eirunepé/AM e região.

Funai/CRVJ

Serviço:

I Seminário de Proteção e Promoção dos Direitos Sociais Indígenas do Médio Juruá

Data: 04 a 06 de agosto de 2014 Local: Eirunepé/AM – Espaço do Tiro de Guerra Realização: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Participantes: Estimativa de 300 pessoas: 200 indígenas, Gestores Municipais e representantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da FUNAI (DPDS/CGPC/CGPDS, Assessoria da Presidência e CR Vale do Javari).

Organização (Setores da Funai): Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (CGPC), Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS), Assessoria da Presidência e Coordenação Regional Vale do Javari.



SP – 11º Encontro “Defensorando Comunidades Tradicionais”: 9 de agosto, em Registro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.07.2014



11º ENCONTRO “DEFENSORANDO COMUNIDADES TRADICIONAIS” - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – REGIONAL VALE DO RIBEIRA – UNIDADE DE REGISTRO

PROGRAMAÇÃO

MÓDULO DIREITOS HUMANOS
EIXO EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA III

Dia 09/08/2014 (sábado)

08h30 – Acolhimento, café e confraternização

09h00 – Educação Escolar Quilombola como direito público subjetivo

Provocador: Andrew Toshio Hayama – Defensor Público do Estado de São Paulo

10h30 – Intervalo, prosa e lanche

11h00 – A escola que (não) temos e a escola que queremos: estratégias de atuação política e jurídica a partir da Resolução nº 08/2012 do Conselho Nacional de Educação

Debate coletivo sobre a aplicação de questionários e levantamento de demandas nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira

12h30 – Avaliações e encaminhamentos

13h00 – Encerramento e almoço

Rua Gersoni Nápoli, 4 – Registro/SP – CEP:11900-000 – Tel: (13) 3822-4000

1



Jorge Viana quer esclarecimentos da Funai sobre índios isolados

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 30.07.2014

Em pronunciamento no Plenário nesta quarta-feira (30), o senador Jorge Viana (PT-AC) informou que vai apresentar ainda hoje requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) com o objetivo de convidar a presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, a comparecer ao Senado na semana que vem.

A intenção tomar conhecimento das providências adotadas pela Funai em relação aos índios isolados encontrados na fronteira do Brasil com o Peru há cerca de um mês. Os primeiros contatos com essa tribo foram feitos em uma aldeia vizinha e os índios demonstraram estar com fome e gripados.

– Temos de dar uma adequada condução a esse desafio que é fazer contato com esses povos primitivos sem que isso implique risco de vida para eles – afirmou o senador, reforçando que é preciso que Funai, Congresso e Ministério da Justiça trabalhem em conjunto nessa tarefa.

–

"Melhores cabeças"

O senador também comemorou o fato de ter sido incluído pelo quarto ano consecutivo na lista dos 100 Cabeças do Congresso. A lista é elaborada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), considerando parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato no período de avaliação, entre fevereiro a junho de 2014.

Ele agradeceu a confiança dos eleitores e dos colegas da Casa, que o elegeram vice-presidente do Senado.

– Para mim, é uma honra muito grande estar entre os cem parlamentares que, de alguma maneira, são identificados como expoentes na condução dos trabalhos no Congresso – disse Jorge Viana.

Viana explicou que, entre os cem cabeças do Congresso, neste ano, estão 63 deputados federais e 37 senadores. Para o senador, estar no grupo é um "estímulo" para continuar "trabalhando e representando bem o povo do Acre".

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Não acreditamos em medicina pobre para pobre

SÍTIO MIDIA NEWS, 30.07.2014

Veja como a organização Expedicionários da Saúde está mudando a vida de populações indígenas isoladas

DO IG SAÚDE

Um grupo de amigos, em sua maioria médicos, frequentemente organizava caminhadas em meio à natureza. Em 2002, ao visitarem o Pico da Neblina, no Amazonas, tiveram a oportunidade de conhecer uma aldeia Yanomami. Confrontados com uma realidade muito diferente da que viviam, acabaram mudando o foco de suas viagens.

“Ali mesmo combinamos de montar um grupo e tentar fazer alguma coisa pela população indígena da região”, conta o ortopedista Ricardo Affonso Ferreira, de Campinas.

Eles procuraram instituições responsáveis pelo atendimento à saúde para entender como atuavam e assim planejar uma participação eficaz. Em 2003 nascia oficialmente a Associação Expedicionários da Saúde.

“Nosso objetivo sempre foi levar atendimento médico especializado, principalmente cirúrgico, para as populações indígenas que vivem geograficamente isoladas, com excelência na qualidade de serviços e gestão responsável. Não acreditamos em medicina pobre para pobre”, diz Ferreira.

De lá para cá foram 20 expedições. Da primeira viagem, com três médicos e 130 kg de equipamentos, eles evoluíram para uma equipe com mais de 20 médicos, 60 enfermeiros e outros tantos profissionais – todos voluntários –, e cerca de três toneladas de equipamentos. Ao todo foram realizadas mais de 2500 cirurgias e 13 mil consultas, sempre acompanhadas por tradutores para que os pacientes pudessem passar e receber as informações corretamente.

Da tribo para a maternidade

“No início os índios nos olhavam desconfiados. Mas fomos ganhando a confiança deles, que perceberam que estávamos trazendo benefícios”.

A mais recente ação aconteceu no final do mês de novembro, na aldeia Sai Cinza, localizada no município de Jacareacanga, oeste do Pará.

Nessa expedição, os médicos contaram com o apoio financeiro da Odebrecht, que constrói a Usina Hidrelétrica Teles Pires na região. A empresa também implantou um código de ética indígena para os trabalhadores de sua obra e desenvolveu uma cartilha específica sobre o tema.

CONT.



“São ações como essas e parceiros que contribuem com doações financeiras, de serviços e insumos que tornam o projeto viável”, diz Ferreira.

Os Expedicionários não deixam por menos: se empenham para levar tecnologia de ponta às aldeias indígenas. “Montamos um verdadeiro centro médico, com duas salas cirúrgicas, sala de atendimento, sala de conforto médico, materiais de qualidade. Tudo igual aos grandes centros”.

Para realizar o trabalho na aldeia Sai Cinza, que beneficiou índios das etnias Apiaká, Kayabi e Munduruku, foi utilizada a estrutura de uma escola indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ali foram feitos cerca de 1500 atendimentos e 200 procedimentos cirúrgicos.

“Batemos o recorde de cirurgias de cataratas e também fizemos muitos atendimentos de hérnia”.

O médico conta que é uma felicidade levar atendimento a uma população tão carente e sofredora. “É uma alegria ver crianças que tinham cataratas congênitas e não enxergavam voltar a correr, jogar futebol, caçar”.

Mesmo com temperamento reservado, os índios acabam demonstrando gratidão para com os doutores. “Recebemos muita atenção e carinho. Nessa recente expedição ao Pará, tivemos uma situação lindíssima: no último dia os índios formaram uma fila, alguns sorrindo outros chorando, e vieram nos cumprimentar”, lembra o médico.

Por situações como essa, Ferreira acredita que os profissionais da Expedicionários da Saúde ganham muito mais do que dão com o trabalho junto aos índios.

“Não é uma questão de altruísmo e sim de colaborar com a sobrevivência desses povos. Sinto que temos uma dívida com a sociedade. E é indescritível o que sentimos. Para mim é um grande privilégio”.



GMDSES inicia ação de cidadania nas aldeias

SÍTIO PREFEITURA DE AQUIDAUANA, 30.07.2014

Começou ontem (30), a ação de cidadania de Erradicação do Sub Registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica nas aldeias de Aquidauana. Esta ação é elaborada pela Prefeitura Municipal, através da Gerência Municipal de Desenvolvimento Social e Economia Solidária.

As atividades visam garantir o acesso da população e diminuir o número de pessoas sem registro civil de nascimento, que dá a oportunidade para que a população indígena de Aquidauana tenha acesso aos documentos: RANI (1ª e 2ª Via); Certidão de Nascimento (1ª e 2ª Via); RG, CPF, Carteira de Trabalho e atendimento pela Defensoria Pública Estadual.

Segundo a coordenadora da Ação, Guaraciaba de Fátima Gomes, o cronograma está elaborado da seguinte forma:

29/07/2014 – Escola Municipal Indígena Marcolino Lili – Aldeia Lagoinha, das 7h às 17h;
29/07/2014 – Escola Municipal Indígena José da Silva – Aldeia Imbirussú, das 7h às 12h;
29/07/2014 – Escola Municipal Indígena Paulino Moraes Fonseca – Aldeia Morrinho, das 13h às 17h;
30/07/2014 – Escola Municipal Indígena Francisco Farias – Aldeia Água Branca, das 7h às 17h;
31/07/2014 – Escola Municipal Indígena General Rondon – Aldeia Bananal, das 7h às 17h;
01/08/2014 – Escola Municipal Indígena Feliciano Pio – Aldeia Ipégue, das 7h às 17h;
01/08/2014 – Estratégia de Saúde Familiar - ESF – Aldeia Colônia Nova, das 7h às 12h;
04/08/2014 – Núcleo Escolar do Córrego Seco – Aldeia Córrego Seco, das 7h às 12h;
04/08/2014 – Associação de Moradores da Aldeia Buritizinho – Aldeia Buritinho, das 13h às 17h;
05/08/2014 – Escola Municipal Indígena Lutuma Dias – Aldeia Limão Verde, das 7h às 17h;
05/08/2014 – Associação de Moradores Aldeia Cruzeiro – Aldeia Cruzeiro, das 7h às 17h;
06/08/2014 – Aldeia Urbana – Aquidauana, das 7h às 11h e das 13h. às 17h.

“A primeira fase da ação visa mapear e identificar as pessoas que necessitam dos referidos documentos e assim encaminhar ao Tribunal de Justiça para posterior busca das certidões de nascimento” explicou Guaraciaba.

Fonte: AGECOM / Aline Saraiva



Eleições indígenas acontecem no dia 9 de agosto em José Boiteux.

SÍTIO RÁDIO 107,9 FM, 31.07.2014

Já está praticamente tudo pronto para as eleições indígenas em José Boiteux que acontecem no dia 9 de agosto. Ao todo 27 candidatos disputam o posto de caciques regionais das oito aldeias e o posto de cacique-presidente. Eles se reuniram ontem a tarde na quadra ao lado da barragem Norte para discutir o futuro da Terra Indígena Laklãnõ e a manifestação que segue com acampamento na barragem.

O coordenador do pleito, Sidney Uvanheccu Tchã Ya-ói, conta que 10 candidatos concorrem ao cargo de cacique-presidente e outros 17 a caciques regionais. Segundo ele, as eleições indígenas funcionam quase como acontece também em todas as cidades brasileiras. "O cacique-presidente é como se fosse o prefeito e os caciques regionais como os vereadores", comentou.

Todos que moram nas aldeias ou que residem em outras cidades, mas são descendentes de pessoas da Terra Indígena podem votar, independente de serem indígenas ou brancos. "Todos tem direito de votar, mas para isso eles precisam fazer o cadastro pessoalmente na Funai ou com a Ceila Morló. Esse cadastro vai valer no dia das eleições quando cada assinatura será comparada. Em outras eleições houve muito erro e estamos fazendo isso justamente para evitar que aconteça", comentou.

Até o momento ainda não há um número exato de eleitores já que o levantamento será concluído apenas na próxima semana, mas Sidney explica que a previsão é de que 1.300 à 1.400 pessoas acima de 15 anos compareçam para a votação que acontece das 8h às 13h." os próprios candidatos estão orientando sobre o cadastro e fazendo suas campanhas, indo de casa em casa".

Na data da votação cada aldeia terá seu presidente de mesa e mesários além de uma urna e dois tipos de cédulas, uma para cacique regional e outra para cacique-presidente. O coordenador informa também que como em dois locais há apenas um candidato a cacique regional, os eleitores deverão declarar se o aceitam ou não. Caso a maioria diga que não, uma nova eleição será feita quando houver mais um candidato para concorrer à disputa. O resultado deverá ser conhecido pela comunidade por volta das 19h.

Ele destaca que conforme determina o regimento, obrigatoriamente também há um segundo turno para as eleições de cacique-presidente que ocorrerá no dia 6 de setembro. "Temos novos candidatos e outros que estão partindo para a reeleição e convidamos todos para uma reunião para que eles estejam a par das causas indígenas como a manifestação da barragem".

Segundo ele, as ações do cacique-presidente eleito devem estar de acordo com o que a maioria dos caciques regionais decidir. "A maioria sempre vai definir o que ele tem que fazer. Os dois

CONT.



poderes trabalham unidos, sempre foi assim e sempre vai ser. O trabalho deles tem que estar voltado para a comunidade indígena e é para eles que os caciques vão governar”.

Candidatos já fazem campanha

A aldeia que tem mais candidatos a cacique regional é a Palmeira, com quatro pessoas concorrendo. Entre eles está Vougece Camlem, de 30 anos, que disputa o posto pela primeira vez. “Tenho um olhar diferente para a comunidade e como o tempo vai passando as coisas também vão mudando. Me preocupo muito com as questões indígenas, a barragem e as indenizações, então resolvi entrar na disputa e sei que a juventude está me apoiando. Entre as minhas propostas estão a melhoria da saúde, a luta pelas indenizações, quero ver em que ponto está isso e dar encaminhamento a algumas ações que a gente já tem no papel”, disse.

Vanhecu Patté Filho, de 65 anos, que já foi cacique regional da Aldeia Sede em 1988 hoje é um dos candidatos a cacique-presidente. Ele afirma que quando esteve no comando conseguiu dentistas para o pessoal e enfermeiros. “Agora quero contribuir mais e minhas propostas são montar um polo base da saúde na Barragem e centralizar os serviços, ampliar o atendimento com mais profissionais trabalhando e criar um abrigo como uma casa de recuperação. Quando o paciente vem do hospital ele fica nesse local até terminar o tratamento com os remédios e só depois vai para casa. Se o povo me der oportunidade vou fazer”, garantiu.

Previsão é de que acampamento na barragem Norte continue até abril de 2015

As manifestações na barragem Norte continuam há quase 60 dias e o número de barracas para servir de alojamento de dezenas de famílias continua aumentando. Apesar de provisórias, as moradias ganharam fogão à lenha, camas, telhado de lona e um pouco mais de conforto já que ao que parece, serão a casa de muitos indígenas pelos próximos meses.

Segundo o presidente do Conselho Estadual do Povos Indígenas (Cepin), Livai Patté, uma reunião com o governo Federal está marcada para acontecer nos dias 12, 13 e 14 de agosto, mas mesmo após essa data o acampamento está mantido. Nesses dias representantes de vários departamentos, inclusive do gabinete da Presidência da República, farão visitas na Terra Indígena Laklãnõ.

“Aqui eles vão colher informações e tratar assuntos como de impacto ambiental com a construção da barragem Norte e um estudo antropológico da perda das culturas indígenas. O pessoal vai se mobilizar e fazer um levantamento para a cobrança dos prejuízos que a comunidade indígena teve”, comentou.

Ele destacou que o estudo de impacto ambiental tem 15 dias para a coleta de dados e publicação no Diário Oficial, mais 60 dias para a elaboração e mais 90 dias para a conclusão dos trabalhos e provavelmente só em abril de 2015 os indígenas decidirão se vão sair ou não do local. “A comunidade tem medo que se for para a casa a barragem seja fechada e que eles fiquem novamente sem saída caso novas enchentes aconteçam. Então eles preferem morrer aqui do que lá em cima por isso não vamos sair do local”, disse.

CONT.



Ele destaca que mesmo após a visita das autoridades os indígenas vão continuar no acampamento e inclusive pediu que mais pessoas se juntem à causa e montem barracas na barragem, garantindo que seriam fornecidas lonas e que nenhuma família passaria fome no local. "Precisamos nos unir", completou.

Atualmente as comportas estão abertas e ninguém opera a estrutura. De acordo com os os indígenas mesmo que chova durante um longo período eles não deixarão que elas sejam fechadas o que agravaria a situação em outras cidades do Alto e Médio Vale.

O presidente do Cepin relata que a comunidade tomou a barragem no início de junho para que o governo, tanto estadual quanto federal cumpra o Protocolo de Intenções assinado em que trata da construção de estradas, pontes, rede de energia e diversas melhorias além de indenizações sobre o que foi perdido em virtude da construção da estrutura.

Outra reivindicação dos moradores citadas por Patté está o pedido de que o Estado faça anualmente benfeitorias para a comunidade indígena já que a barragem causou impactos permanentes na vida da população e continuará causando daqui em diante.



Luciana Genro diz que vai criar Ministério da Ecologia e Justiça Ambiental

SÍTIO RÁDIO 101,5 FM, 31.07.2014

A candidata à Presidência da República pelo PSOL, Luciana Genro, disse hoje (30) que seu governo irá criar o Ministério da Ecologia e Justiça Ambiental. A candidata fez o anúncio na sede do partido em Fortaleza, durante evento para lançamento de seu programa ambiental. De acordo com ela, a nova pasta incorporará os ministérios da Pesca; Meio Ambiente; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Transporte; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo a assessoria de comunicação da candidata, ela avalia que a medida reduzirá os gastos públicos e será estratégica. "Vamos apresentar um novo modelo de desenvolvimento, que integre respeito aos direitos humanos e à natureza", disse Luciana Genro. Também nesta quarta-feira, a candidata do PSOL visitou o Centro de Reabilitação de Mamíferos da Aquasis Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos e ouviu técnicos sobre os impactos do atual modelo de desenvolvimento na fauna marinha.

Pela manhã, ela visitou a aldeia indígena Anacé, em Pecém, cerca de 60 quilômetros de Fortaleza. O local tem recebido projetos do Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Luciana Genro disse que seu partido apoia a luta indígena e criticou a paralisação das demarcações de terra no governo atual.

O candidato Eduardo Jorge, do PV, visitou a Igreja Nossa Senhora da Paz e o Centro de Estudos Migratórios (CEM), em São Paulo. A paróquia tem acolhido imigrantes haitianos vindos do Acre. "Esta [a imigração] é uma pauta social que exige uma política muito forte para não cairmos em xenofobia. Cabe à ONU [Organização das Nações Unidas] e às nações buscarem um melhor equilíbrio e qualidade de vida em todos os países para evitar migrações dramáticas e forçadas", disse, segundo declarações divulgadas pela assessoria do candidato.

Fonte

Agência Brasil



Reserva Indígena tem 800 crianças fora da escola em Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 00.00.2013

O município de Dourados tem hoje 800 crianças fora da escola nas séries iniciais, na Reserva Indígena. Os dados são de profissionais da Educação Escolar Indígena do Município que iniciaram ontem uma onda de protestos e fecharam a MS 156 que dá acesso a Itaporã, conforme noticiou o Douradosagora.

O grupo reivindica melhorias urgentes para a Educação. Iniciado às 8h de ontem, o bloqueio impediu o trânsito entre Dourados e Itaporã. O prefeito de Itaporã, Wallas Milfont, esteve no local e disse que a população daquele município não pode ser penalizada por uma questão que precisa ser resolvida por Dourados. Ele disse que a situação causa prejuízos porque muitos itaporaenses estudam, trabalham e dependem dos serviços da Saúde.

A comunidade indígena aponta a precariedade da Educação indígena. Eles reclamam que as salas estão superlotadas chegando a comportar mais de 50 alunos, quando a capacidade é de 25. Eles também denunciam os banheiros em péssimas condições e inadequados para uso, salas improvisadas em algumas escolas onde falta estrutura mínima como iluminação, ventilação, carteiras, banheiro, péssima qualidade no transporte escolar com ônibus antigos e superlotados e falta de materiais didáticos, pedagógicos e estruturas dignas para atender adequadamente aos alunos.

Os professores também denunciam o grande número de professores contratados em contratos precários, sem nenhum direito, ambientes improvisados nas escolas: biblioteca, administração, salas de aula e salas de tecnologia. Eles reclamam ainda da falta da manutenção das estradas, o que prejudica o acesso a ônibus escolares e a frequência dos alunos.

A proposta da comunidade indígena é a de apresentação de plano de valorização dos profissionais da educação, principalmente em relação ao piso de 20 horas, a construção de novas escolas para atender os alunos fora da sala de aula. investimentos no orçamento de 2015 para a elaboração de materiais didáticos, específico e diferenciado para as escolas indígenas, concurso público e aquisição de transporte escolar adequado. Todas as reivindicações foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual e Federal, além do Conselho Tutelar de Dourados.

De acordo com uma das lideranças indígenas, o terena Valdines Ribeiro, para tentar driblar a falta de vagas, a comunidade indígena conseguiu com a Prefeitura de Itaporã cerca de 200 vagas para atender crianças indígenas de Dourados. No entanto, segundo ele, o município de Dourados deve garantir que a comunidade local tenha acesso à escola pública.

“É de cortar o coração. Muitas crianças que estão indo para Itaporã pedem para voltar porque sentem dificuldade em se adaptar ao novo ambiente. Precisamos de escolas urgente na aldeia. Só queremos uma educação de qualidade”, destaca.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 132 / 2014

Brasília, 31 de julho de 2014.

Para a liderança, todas as dificuldades são motivos de preocupação para as mães. “Hoje temos claro que a educação é o caminho para se conseguir uma vida mais digna. Vejo que quando os alunos não têm esta chance estão expostos a situações preocupantes como drogas e envolvimento em crimes. A educação está sendo negada aos alunos indígenas”, destaca.

Segundo perfil socioeconômico de Dourados 2012, cerca de 30% dos alunos matriculado desistiram ou reprovaram e as lideranças acreditam que o motivo são as péssimas condições nas escolas municipais. A redação entrou em contato com a Assessoria da Prefeitura que ainda não retornou contato para eventuais esclarecimentos.



Conselheira Denuncia Falta De Transparência Em Dinheiro Que Seria Usado Para Saúde Indígena

SÍTIO DE FRENTE COM A NOTÍCIA, 31.07.2014

A conselheira de saúde indígena Aldenira Cunha, esposa do líder tribal Ninawá Huni Kui, aparece em um vídeo divulgado na internet onde denuncia supostas irregularidades nos recursos financeiros que deveriam ser usados para a saúde indígena, e diz que há indígenas esperando há quatro anos por uma cirurgia.

Ela declara, ainda, que pacientes de doenças infectocontagiosas, como Aids e hepatite, não estão recebendo o atendimento necessário.

Aldenira começa o depoimento dela, no vídeo que dura pouco mais de 3 minutos, falando da falta de transparência por parte da Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre).

VERGONHA! Sem assistência da saúde, índios do Acre estão morrendo à míngua. Sem outro meio de transporte, índios transpostam paciente em redes.

A conselheira disse que tem provas de que a secretaria recebe recursos para a saúde indígena oriundos de convênios firmados em Brasília, mas que não sabe onde é aplicado o dinheiro.

“Há anos, eu venho tentando mapear a questão do recurso indígena, mas é difícil. A gente não tem exatidão de quanto e onde é aplicado este recurso. Lá em Brasília, quando questionamos isso no Ministério da Saúde, eles falam para nós que o repasse é de fundo a fundo e mostram planilhas e valores depositados”, diz.

Ao falar da suposta não aplicação dos recursos financeiros destinados à saúde indígena, Aldenira denuncia que indígenas continuam morrendo, enquanto esperam atendimentos que deveriam ser prioritários.

“Tem indígena morrendo na fila de cirurgia, morrendo nas aldeias e sendo enterrados em barrancos. Onde está o dinheiro que deveria ser usado para garantir os serviços de média e alta complexidade, como cirurgias, exames?”, questiona.

“Tudo isso, sem dúvida, é erro na gestão, falta de foco nas prioridades”, opina.

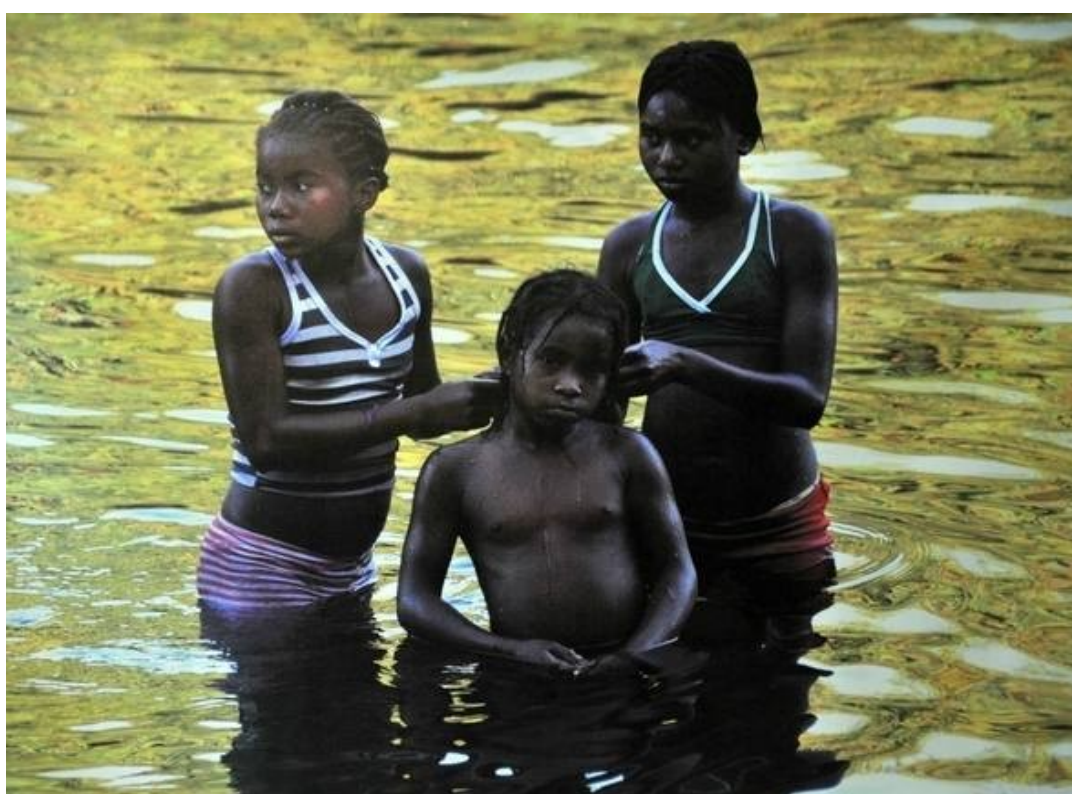
A reportagem da ContilNet Notícias entrou em contato com o subsecretário de Saúde, Iraílton Lima, através do telefone 068-99x1 –xx – x6, mas não obteve sucesso.

A reportagem também tentou contato com a assessoria de imprensa através do número 68-99xx-xx-x7, mas não obteve sucesso.

Assim que a Sesacre se posicionar sobre o caso terá espaço reservado para os devidos esclarecimentos.

Chapada dos Veadeiros: Indígenas e quilombolas discutem problemas no coração do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014



Etnias indígenas e o maior núcleo brasileiro de descendentes de africanos estão reunidos para discutir problemas em comum e os desafios de seus povos

Por Luna Gámez e José Bautista, da EFE/Exame

São Jorge – Etnias indígenas e o maior grupo de afrodescendentes do Brasil estão neste mês no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para discutir problemas em comum e os desafios de seus povos. Há dias, representantes das etnias Fulni-ô, Kayapó, Yawalapiti, Truká, Krahô, Wauará, Kamayurá, Xavante e Kariri-Xocó realizam reuniões e atividades culturais diárias em uma aldeia construída para a ocasião perto de São Jorge, município com 500 habitantes em Goiás.

No 14º Encontro de Culturas Tradicionais, cujo encerramento está programado para o próximo sábado, também participam membros da comunidade quilombola Kalunga, o maior núcleo

CONT.



brasileiro de descendentes de africanos.

Além de realizar ritos religiosos e de expor seus artesanatos, música e dança, os participantes compartilham as dificuldades e desafios de seus povos.

Entre as principais preocupações se destacam o reconhecimento e a demarcação de terras tradicionais, a luta contra o racismo e a preservação da cultura e língua própria.

“Com Dilma Rousseff nossa situação é mais difícil do que com Lula”, disse à Agência Efe o cacique Toé da etnia Fulni-ô, que participa do encontro há oito anos.

Um estudo do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) divulgado este mês revelou que o Executivo de Dilma tem a média mais baixa de demarcação de terras indígenas no Brasil do período democrático. Segundo Toé, seu povo continua enfrentando a invasão de terras por grandes fazendeiros e as autoridades não respeitam a lei que reconhece a justiça indígena dentro de seus territórios.

“Alguns criminosos entram na reserva para fugir da Polícia e a Polícia reage com violência em nossas aldeias”, explicou.

“Acreditamos que podemos mudar a sociedade e criar um Brasil diferente a partir da nossa história”, afirmou a militante Marta Cezaria, perante um grande grupo de mulheres Kalunga, ao que o líder dos kayapó, Takaruma, respondeu: “Os índios e quilombolas têm que se unir para defender os direitos escritos na Constituição”.

Segundo Juliano Basso, principal impulsor do projeto, o objetivo é propiciar o diálogo entre povos tradicionais do Brasil e aproximar sua sabedoria do resto da sociedade.

“O povo brasileiro surgiu da mistura de culturas, mas ficamos com a ideia europeia de desenvolvimento e queremos agregar outras noções diferentes. Aqui vemos a maneira de viver de povos que convivem com a natureza. Continuamos perdendo culturas no Brasil, e quando desaparece um povo se perde a experiência de quem conseguiu criar toda uma tecnologia de vida”, avaliou Basso à Efe.

Ele acrescenta que a Aldeia Multiétnica, com choças típicas dos povos Xinguana, Krahô, Kayapó e Fulni-ô, é um exemplo de sustentabilidade, já que são construídas pelos participantes com materiais do entorno e dispõe de horta e galinheiro.

O cuidado do local fica a cargo de uma família Kalunga de quatro membros, encarregada de manter o espaço nos demais dias do ano.

“Os índios não são coisa do passado, mas do futuro. É preciso levar o conhecimento indígena ao conjunto da sociedade”, declarou o arquiteto Marcelo Rosenbaum durante visita à Aldeia Multiétnica.

O encontro também fomenta a “economia criativa”, que permite às etnias participantes obter
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 132 / 2014

Brasília, 31 de julho de 2014.

renda mediante a troca e a venda de artesanato, além da oficina de pintura corporal.

Os organizadores explicaram à Efe que este ano tiveram que divulgar o evento de última hora por conta da "Copa e das eleições de outubro", que diminuíram o interesse dos patrocinadores e dos organismos públicos para financiar o encontro.

Segundo dados do governo, atualmente há 896.917 índios de 241 etnias e 1.838 comunidades quilombolas no Brasil.



Agronegócio faz blitz com presidenciaíveis; querem mais terras para estrangeiros e mudanças na Constituição

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Por Alceu Luís Castilho*, em De Olho nos Ruralistas

Eles querem revisão da lei de terras, com aumento da permissão para compra por estrangeiros. Nova legislação trabalhista, "adequada à realidade atual do agronegócio". Proibição de demarcação de terras indígenas e quilombolas em terras que tenham sido ocupadas. Menos impostos. Mais etanol. Menos restrições sanitárias na exportação.

Essas são algumas das propostas apresentadas pelo agronegócio aos presidenciaíveis. Elas constam de documento elaborado pelo GV Agro, da Fundação Getúlio Vargas, com a colaboração da Associação Brasileira do Agronegócio (Abra) e a participação das principais entidades do setor, que se reuniram no dia 15 de julho, em São Paulo.

Ele se chama "Agronegócio Brasileiro 2015-2022 – Proposta de Plano de Ação aos Presidenciaíveis". Confira AQUI o documento, cuja elaboração foi liderada pelo ex-ministro Roberto Rodrigues, coordenador do GV Agro.

As propostas serão debatidas no dia 4 de agosto, em São Paulo, durante o 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio. E oficialmente entregues aos coordenadores de campanha dos presidenciaíveis.

DE OLHO NAS TERRAS

A agenda dos ruralistas segue agressiva em todas as direções, como vem sendo consolidado pelo setor nos últimos anos. As terras ocupadas por populações tradicionais estão entre os principais alvos. Os direitos trabalhistas, também. Esse tipo de proposta que restringe direitos sociais – entre eles o direito à terra – entra em um campo chamado, eufemisticamente, de "segurança jurídica". Vejamos algumas propostas:

-> "Criar um novo marco regulatório para as demarcações de terras indígenas, por intermédio de alteração constitucional, com objetivo de garantir segurança jurídica no campo".

-> "Aperfeiçoar do § 6º do artigo 2º da Lei nº 8.629/93 (MP anti-invasão), com objetivo de estender esse entendimento para os conflitos indígenas e quilombolas, ou seja, impedir qualquer demarcação de terras no caso de imóvel rural de domínio público ou particular seja objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo".

A proibição da demarcação de terras indígenas e quilombolas inspira-se na chamada Lei Agrária, criada no governo Itamar Franco. Em 2000, por meio de Medida Provisória, o governo
CONT.



Fernando Henrique Cardoso incluiu sete parágrafos nessa lei, de forma a impedir desapropriação, para reforma agrária, em terras que tenham sido ocupadas por movimentos sociais.

No caso de indígenas e quilombolas, há muitos casos de retorno às terras de origem após expulsão.

Os ruralistas defendem junto aos presidentiáveis a aprovação da PEC 215, que transfere ao Congresso – dominado por políticos ligados ao setor – a prerrogativa de demarcar terras indígenas. E querem indenização, pela União, nos casos de reconhecimento de terras pertencentes a indígenas.

O documento também pede o fortalecimento do Programa Terra Legal, “visando acelerar o processo de regularização das glebas rurais às margens da faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, bem com a regularização fundiária das áreas que foram objetivo de antigos contratos com o governo federal”.

Na prática, isso significa regularizar a histórica grilagem de milhões de hectares de terras no Brasil.

MENOS RESTRIÇÕES, MAIS LUCROS

Os ruralistas querem ainda a aprovação de Código específico para regulamentar o trabalho rural, em substituição à Lei 5.889/1973, que instituiu normas reguladoras do trabalho rural. “Adequação da legislação trabalhista à realidade atual do agronegócio”, diz o texto. Eles pedem definição do conceito de trabalho análogo ao escravo, “em consonância com os regulamentos da OIT”.

O Congresso aprovou uma emenda constitucional sobre trabalho escravo. Mas os políticos ruralistas estendem ao infinito sua efetivação, a partir de uma discussão calculada sobre o conceito do tema – uma realidade que atinge dezenas de milhares de trabalhadores no Brasil.

O meio ambiente aparece no documento como uma oportunidade para mais lucros. Igualmente no campo do que os defensores do agronegócio chamam de “segurança jurídica”. Os ruralistas querem “compensação para pagamento dos serviços ambientais na conservação dos recursos naturais”, “regulamentação da negociação de cotas de reserva ambiental” e “novas metodologias para viabilizar a economia de baixo carbono e créditos de carbono”.

Os agrotóxicos (que, por sua vez, trazem vários impactos sociais e ambientais, a começar da perda de vidas) não ficam de fora da lista de reivindicações. Eles querem “aumentar a produção nacional de fertilizantes e biocidas”. Com diminuição do ICMS relativo a esses itens.

ESTRANGEIROS, UNI-VOS

O documento da GV Agro propõe aos presidentiáveis, na parte referente a reformas da legislação, “reformular a legislação sobre terras para evitar restrições inibidoras ao

CONT.



investimento estrangeiro”.

O tema volta à baila entre as propostas para a legislação fundiária: “Debater e discutir um marco regulatório para aquisição de terras por estrangeiro”.

A compra de terras por estrangeiros já foi um tabu no Brasil. Em 1968, foi alvo de uma CPI específica, no Congresso, quando se estimava em 28 milhões de hectares (em boa parte, grilados) a extensão das propriedades de estrangeiros no Brasil. O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, identifica, hoje, 4 milhões de hectares nas mãos de estrangeiros. Ele esmiúça o tema neste artigo: (AQUI)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou no ano passado norma para compra de terras por estrangeiros: (AQUI),

A parte do documento dos ruralistas sobre logística também prevê benefício a estrangeiros. O último item propõe, literalmente: “Autorizar embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem”.

O texto prega ainda a revisão do Acordo do Mercosul, com substituição da união aduaneira por uma zona de livre comércio. E a celebração de acordos bilaterais de comércio. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) passaria a ser vinculada diretamente à Presidência da República.

UMA ECONOMIA PARA POUCOS

A lista de propostas polêmicas do setor do agronegócio mostra-se infindável, em uma leitura inicial do documento. A abordagem é liberal, quando convém; ou solícita em relação a ajuda governamental, igualmente quando convém.

Ele pede, por exemplo, para o governo “eliminar o excesso de regulação zoo ou fitossanitária na exportação, exceto quando demandada pelos países importadores”. Não é especificado o que seria esse “excesso de regulação”. O documento também abre fogo contra o que chama de “entraves burocráticos”.

O documento dos ruralistas defende também a instituição de “subvenção econômica pelo Tesouro Nacional na aquisição de contratos de opções de produtos do agronegócio”. Isso beneficia os produtores rurais e suas cooperativas em bolsas de mercadorias e futuros e em mercados de balcão organizados, sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os defensores do modelo do agronegócio também querem desoneração tributária das matérias primas nos alimentos da cesta básica ampliada, “incluindo as carnes”. E desoneração de PIS/CONFINS nas cadeias de alimentação animal.

A GV Agro e a Abag também defendem o uso do etanol como combustível. “Está claro que os benefícios sociais superam os benefícios privados na produção de etanol”, diz o documento.

Ele não informa que a produção de cana-de açúcar tem vários impactos sociais e ambientais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 132 / 2014

Brasília, 31 de julho de 2014.

Entre os impactos sociais está a exploração de mão-de-obra, do trabalho escravo à utilização de mão-de-obra indígena: (AQUI)

CONGRESSO DO AGRONEGÓCIO

Entre os patrocinadores do Congresso Brasileiro do Agronegócio estão o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Bovespa e a Monsanto, com apoio do governo paulista. Veja AQUI a lista de patrocinadores.

Um dos membros do grupo que elaborou as propostas aos presidentiáveis, sob a coordenação de Roberto Rodrigues, é o engenheiro agrônomo Décio Luiz Gazzoni, pesquisador da Embrapa Soja,

Entre os 14 veículos de imprensa que apoiam o evento está a revista Globo Rural. Rodrigo Mesquita, um dos donos do Estadão, será um dos apresentadores do evento. Os jornalistas William Waack, do Jornal da Globo, e Heródoto Barbeiro, do Record News, estão entre os moderadores. Waack fará a moderação do painel sobre os presidentiáveis.

O Congresso Brasileiro do Agronegócio utiliza a hashtag #aquitemagro.

-

DE OLHO NOS RURALISTAS

De Olho nos Ruralistas é um observatório do agronegócio no Brasil. Possui um programa jornalístico de WebTV, quinzenal, no qual são analisadas as últimas notícias relacionadas ao setor – sempre a partir de seus impactos sociais e ambientais. É uma iniciativa do Movimento Brasil pelas Florestas e de jornalistas independentes. Confira a última edição do programa AQUI.

A página no Facebook traz notícias exclusivas e repercute informações sobre o tema. O perfil no Twitter também traz mais dados.

#deolhonoagro #deolhonosruralistas

*o jornalista Alceu Luís Castilho é autor do livro Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro. (Editora Contexto, 2012).



RJ – Baía de Guanabara: Pescadores reclamam de perda de espaço e da diminuição de espécies

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014

Akemi Nitahara – Repórter da Agência Brasil

Os pescadores artesanais perderam espaço de trabalho dentro da Baía de Guanabara com o crescimento da indústria petrolífera e off-shore (que faz exploração em alto-mar). A reclamação é do diretor da Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj) Gilberto Alves. Segundo ele, falta contrapartida das empresas que se instalam nas águas para compensar a perda de trabalho dos pescadores.

“É um descaso muito grande por uma baía que produz e que alimenta tanta gente. A cada dia que passa é mais uma empresa que nasce dentro da baía, o pescador está disputando espaço com grandes embarcações, navios, e está havendo uma exclusão do pescador da Baía de Guanabara.”

Aos 64 anos, Gilberto, que também é presidente da Colônia de Pescadores Z8, que representa os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, relata que não vê melhora da qualidade da água dentro da Baía de Guanabara e que muitas espécies de peixe não existem mais na região.

“Várias espécies que nós tínhamos dentro da baía foram embora, sumiram. Agora só tem camarão, tainha e alguma corvina. Anos atrás tinha mais de cem espécies de peixe, quatro tipos de arraia, seis tipos de bagre, uma porção de tipo de tainha, tinha isso tudo dentro da Baía de Guanabara, nos tiraram tudo”.

De acordo com ele, a pesca é proibida a uma distância de 500 metros de qualquer equipamento, como navios, tubulações e terminais, além das áreas de preservação ambiental e da Marinha. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) informa que as zonas de exclusão de pesca e reservas marítimas são de competência do Ministério do Meio Ambiente, mas que compensações para áreas de exclusão impostas por projetos tecnológicos são oferecidas pelas empresas responsáveis, “em caso de comprovado impacto econômico na atividade pesqueira”.

Além disso, de acordo com o MPA, “o governo federal entende que, embora existam zonas de exclusão, todo o restante do mar está disponível aos pescadores artesanais”, que “sempre encontram uma área onde ainda podem pescar”. Quanto a compensação financeira, o MPA oferece apenas para as proibições de pesca em caso de defeso, acidente químico ou desastre natural, quando o pescador pode receber até um salário mínimo por mês.

A Petrobras informa que faz um “rigoroso estudo de impacto” antes de licenciar qualquer empreendimento e que “o órgão licenciador estabelece as medidas compensatórias e fiscaliza a sua realização”. A empresa destaca que as zonas de exclusão para pesca são determinadas pela Capitania dos Portos e que “na interrupção da pesca durante as obras dos empreendimentos da Petrobras, os pescadores foram devidamente indenizados”.

CONT.



Além disso, segundo a Petrobras, alguns pescadores são contratados para fazer serviços de apoio às obras e também participam de iniciativas socioambientais promovidas pela empresa, como o Projeto Jurujuba e o Projeto Caranguejo Uçá.

Com o terceiro maior litoral do Brasil, 636 km de extensão, além de 620 ilhas oceânicas, estima-se que o estado do Rio de Janeiro tenha cerca de 20 mil pescadores marítimos artesanais, segundo o censo estrutural feito pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2005. Os dados atuais do ministério apontam 11.691 pescadores no estado e 4.363 no município do Rio de Janeiro cadastrados no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RPG).

A maioria dos pescadores está concentrada na Baía de Guanabara e na Região dos Lagos. De acordo com a Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (Fiperj), o principal produto pesqueiro do estado é a sardinha-verdadeira, que corresponde a cerca de metade do total produzido, com 40 mil toneladas, das 90,7 mil produzidas em 2012.

De acordo com a coordenadora de pesca da Fiperj, Francyne Vieira, a produção dentro da baía ainda é grande. "Os pescadores alegam que antigamente a pesca era muito mais forte, mas a Baía ainda tem uma alta produtividade, que mostra um poder de resiliência do ambiente".

A reclamação dos pescadores chega a outras áreas da baía. Jorge Pescador, da Praia Vermelha, afirma que foi preciso diversificar as atividades para sobreviver. Hoje, ele aluga caiaques. "Ainda trabalho com a pesca, mas caiu muito devido à poluição, à pesca predatória. A quantidade de peixe não é suficiente para manter uma família. Tem vezes que a gente não pega um peixe, tem vezes que consegue pegar três robalos, dez robalos é muito, não é mais aquela coisa de você mergulhar ali e ver um linguado, uma garoupa, como antigamente. De 15 anos para cá, os peixes foram acabando. Agora, o caiaque dá muito mais retorno do que uma pescaria."

Quanto à qualidade do peixe para o consumo, o médico infectologista Edimilson Migowski, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explica que a poluição das águas por esgoto não tem influência se o pescado for bem cozido, mas que os contaminantes químicos não são eliminados.

"Quando você come peixe que foi bem cozido é pouco provável que você tenha algum tipo de agente ainda viável, contaminantes ligados a vírus, bactéria, agentes vivos. Mas metais pesados, como chumbo, alumínio, mercúrio, os poluentes de fábricas que tem no entorno da Baía de Guanabara, podem levar a intoxicação."

O biólogo marinho Rodrigo Gaião, da ONG Guardiões do Mar e do projeto Caranguejo Uçá, diz que os metais pesados são encontrados em maior quantidade em frutos do mar chamados de "filtradores". "Mexilhão, ostra, que nós utilizamos para o nosso consumo, eles retiram tudo o que está na massa d'água. Enquanto for só a parte orgânica, sem problema, mas infelizmente, em alguns pontos da Baía de Guanabara, a quantidade de metais pesados é muito elevada. Pesquisas apontam que, no caranguejo, a concentração na carne das garras ou não existe ou é bem pequena. Nas vísceras, na parte interna do caranguejo, é onde os metais pesados são encontrados em maior quantidade."

RR – Nota da Polícia Federal e Ministério Público Federal sobre a ameaça de morte ao líder indígena Davi Kopenawa
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.07.2014



Comunicação Social da PF em Boa Vista

Tendo em vista os fatos referentes à ameaça contra o Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY), Davi Kopenawa, e roubo na sede do Instituto Socioambiental (ISA), em Boa Vista, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal em Roraima informam as seguintes medidas adotadas:

A gravidade dos fatos narrados no Ofício/HAY nº. 90/2014 ensejaram a imediata instauração de Inquérito Policial no intuito de apurar os autores do cometimento de tais crimes.

Como medida preventiva foi solicitado ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima o reforço de policiamento ostensivo na região onde ocorrera o aludido crime. O assunto foi discutido durante reunião realizada nesta quarta-feira (30 de julho) entre o Superintendente da Polícia Federal em Roraima, o Procurador da República Gustavo Kenner Alcântara e o Secretário de Segurança Pública, Amadeu Soares que se comprometeu a providenciar rondas periódicas no local para garantir a segurança dos indígenas.

Outrossim, foi solicitado através do órgão central da Polícia Federal – CGDI, o encaminhamento à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a avaliação da possível inclusão da Liderança Indígena no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

CONT.



A título de esclarecimentos, a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Roraima, em parceria com o Ministério Público Federal em Roraima, sempre realizaram Operações estratégicas com a finalidade de prevenção e repressão à diversos ilícitos na Terra Indígena Yanomami.

Como exemplo, podemos citar as operações Baixo Rio Branco, Curaretinga, Escudo Dourado I e II e Xawara deflagradas ao longo dos últimos seis anos.

Em todas estas operações houve prisão em flagrante de garimpeiros, destruição de balsas, apreensão de munições, armas, mercúrio, balança de precisão, rádio comunicador, gêneros alimentícios, moto-bomba, gerador, bem como, a destruição de diversos acampamentos utilizados pelos garimpeiros.

Destacamos que o objetivo principal destas operações de campo é justamente a desarticulação da atividade garimpeira dentro das reservas indígenas.

No tocante à Operação Xawara, deflagrada em 17 de julho de 2012, a Polícia Federal, com o apoio do Ministério Público Federal em Roraima, teve o objetivo de reprimir o garimpo ilegal na terra indígena Yanomami em Roraima.

A extração de ouro ocorre nos leitos dos rios por meio do bombeamento do material do fundo para a superfície de grandes balsas ou pela lavra em barrancos causando forte impacto ambiental.

No decorrer das investigações foram identificados cinco grupos criminosos que atuavam para manter o garimpo ilegal, sendo eles formados por aviadores, empresários ligados ao ramo de joalheria e proprietários de balsas e motores para a extração do ouro.

Vários aviões foram utilizados para o transporte com o fim de levar pessoas, maquinário, alimentação, mercúrio e munição para arma de fogo, vide balanço da Operação ao final e links com a repercussão na mídia.

A Terra Indígena Yanomami/Ye'kuana sofre com a pressão decorrente da expansão dos assentamentos, incluindo grilagem em área de fronteira, garimpo, desmatamento, pesca e caça ilegal, além de atividades madeireiras, ilícitos esses que trazem grande prejuízo às comunidades indígenas, tais como doenças, contaminação dos rios e nascentes, alcoolismo, mão de obra análoga a escrava e conflitos internos.

Desta forma, as missões em comento possuem o intuito de proteger a área de demarcação da Terra Indígena Yanomami da invasão de garimpeiros, coibir a prática de ilícitos, bem como garantir o usufruto ao meio ambiente sadio e a dignidade dos povos indígenas.

Balanço da Operação Xawara* :

- 11 aviões utilizados pelos criminosos para a manutenção do garimpo na TIY;

CONT.



-
- 3 empresas que receptam o ouro;
 - 8 pilotos e um mecânico de aeronave que auxiliam na lavra ilegal do ouro levando insumos para o garimpo;
 - 6 empresários proprietários de balsas e motores para a extração do ouro;
 - 12 veículos utilizados diretamente pelo grupo para apoiar a atividade.
 - 33 mandados de prisão temporária;
 - 44 mandados de busca e apreensão;
 - Autorização para apreender 11 aviões;
 - Autorização para apreender ouro, pedras e metais preciosos;
 - Autorização para apreender 12 veículos;
 - Suspensão da autorização para pilotar aviões de oito pilotos e de um mecânico.

* Xawara é o termo utilizado genericamente pelos índios com o fim de designar a palavra epidemia.



Turma de língua indígena recebe certificados

SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 31.07.2014

Está marcada para esta quinta-feira (31), a formatura dos 73 alunos que participaram dos cursos das línguas indígenas Munduruku e Nheengatu, promovidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) desde o dia 2 de julho no Centro Indígena Maíra, em Santarém.

Além da entrega de certificados, a cerimônia deve ser marcada pela apresentação de cantos e danças indígenas e também pela confraternização dos participantes com comidas e bebidas típicas. A programação inicia às 18h no Centro Indígena Maíra (Rodovia Santarém-Cuiabá, 3180, Km 3, próximo ao Seminário São Pio X, no bairro da Esperança).

O evento desta quinta marca o encerramento da primeira etapa dos cursos, em que foi repassada a formação básica da gramática, pronúncia e lógica própria de cada língua. Na segunda etapa, que será realizada em janeiro de 2015, os alunos receberão uma formação mais completa e aprofundada, com a qual poderão se tornar professores destes idiomas. Apesar de ter a língua como destaque, o curso também enfatiza outras características culturais e procura valorizar de forma geral as etnias indígenas da Amazônia.

Atualmente, são faladas cerca de 200 línguas indígenas no Brasil. O Diretor de Ações Afirmativas da UFOPA, Prof. Florêncio Vaz, explica que a escolha do Nheengatu e do Munduruku para a oferta destes cursos se deve à importância histórica que os dois idiomas têm para a região. De acordo com o professor, o Nheengatu era falado fluentemente em toda região de Santarém até a segunda metade do século XIX. Hoje, os 11 povos indígenas da região estão resgatando ou reaprendendo esta língua, que já é ensinada nas escolas indígenas. O Munduruku também era falado em todo o vale do rio Tapajós e ainda é usado fluentemente no médio e alto Tapajós. Também há aldeias no baixo Tapajós que estão em processo de aprendizagem da língua Munduruku.

Os cursos de línguas indígenas é uma iniciativa da UFOPA através do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia e Grupo Consciência Indígena. A atividade conta ainda com o apoio das Pró-Reitorias de Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE) e de Assistência Estudantil (PROGES), do Conselho de Indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns, da Rádio Rural de Santarém, da Associação Frades Menores na Amazônia e da Associação Indígena do Município de Barcelos – AM.

(Comunicação/UFOPA)



Programa de Formação de Professores Indígenas da UEA vai formar primeira turma
SÍTIO FAPEAM, 31.07.2014

No próximo dia 28 de agosto, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) realiza a cerimônia de colação de grau de aproximadamente 1900 acadêmicos da primeira turma do Curso de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (Proind).

O curso foi realizado em 52 municípios do Amazonas, por meio da modalidade de ensino Presencial Mediado por Tecnologia. Voltado principalmente para as comunidades da região Amazônica, a graduação em Pedagogia Intercultural tem o objetivo de formar profissionais para o exercício da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades de ensino e no acompanhamento do trabalho pedagógico por meio de uma perspectiva intercultural.

Para garantir a regulamentação do curso no Ministério da Educação, uma comissão avaliadora percorreu 10 municípios durante 17 dias. A comissão era composta por seis avaliadores de universidades do Pará e do Paraná, além de assessores técnicos do Conselho Estadual de Educação.

Na tarde desta terça-feira (29), a comissão avaliadora se reuniu com a coordenação do curso, na reitoria da UEA, para apresentar os resultados da avaliação.

Suely Menezes, presidente do Conselho Estadual de Educação do Pará, que fazia parte da comissão avaliadora, ressaltou que a multiculturalidade é uma temática muito controversa, ainda em discussão, e a UEA teve a coragem de inovar e ousar com resultados positivos. “A relevância social desse projeto, o resultado que ele gerou nos grupos e a possibilidade desses grupos modificarem os cenários locais é de uma relevância inequívoca. A universidade está de parabéns pelo trabalho que realizou”, acrescentou Menezes.

A coordenadora de apoio ao ensino da UEA, Ceane Simões, comemorou a resposta positiva da comissão avaliadora. “Eles fizeram relato de que essa foi uma experiência de uma magnitude sem dimensões, de responsabilidade social da universidade não só para as populações indígenas, mas também para não indígenas, o que caracterizou a interculturalidade”, disse.



Prefeito Pedrinho cobra urgência de poço artesiano para comunidade indígena
SÍTIO O LIBERAL, 31.07.2014

Após vistoria da equipe da SESAI de Tacuru, ficou constado que o poço que fornece água na região da Ramada já não se encontra mais em condições de fornecer água potável, devido o desmoronamento causado pelo tempo de uso e pelas fortes chuvas na localidade, deixando assim um grande número de pessoas sem água de boa qualidade, e com isso a prefeitura de Tacuru através de ação do prefeito Paulo Pedro Rodrigues-Pedrinho, tem atendido as necessidades básicas e emergenciais, fornecendo água através de um caminhão pipa que atende toda a comunidade, buscando sanar o problema de uma vez por todas, o prefeito tem buscado com órgãos competentes a implantação de um novo poço tubular, somente assim estará resolvido o problema da falta de água naquela região.

Nesta semana o prefeito Pedrinho esteve no escritório da SESAI NBA Capital e em contato com Hilário da Silva, diretor do órgão, e na oportunidade o prefeito apresentou em mãos a solicitação para a implantação do poço tubular, "estamos confiantes que logo estaremos solucionando este problema, pois além da prefeitura de Tacuru, também contamos com a parceria da SESA e FUNASA", comentou o prefeito Pedrinho.

Fonte: O Liberal News



Com 17 equipes indígenas, Copa das Árvores começa em 7 de agosto
SÍTIO GLOBO ESPORTE, 31.07.2014

Competição no interior do Acre terá presença de pelo menos 13 etnias. Além de futebol, haverá campeonato de arco e flecha, cipó de força e arremesso de lança

Por Quésia Melo
Rio Branco, AC

Inspirados pela Copa do Mundo 2014, na qual o Brasil foi o país sede do Mundial, os indígenas da Aldeia Kuntamanã, localizada no Rio Tejo, no município de Marechal Thaumaturgo, no interior do Acre, decidiram organizar a 1ª Copa das Árvores, com o slogan "Essa copa tem raízes", de 7 a 11 de agosto.

Segundo a secretária estadual de Turismo e Lazer, Rachel Moreira, cerca de 13 etnias acreanas estão envolvidas no evento, mas várias tribos de fora do estado já confirmaram presença na Copa. Ao todo, 22 equipes foram convidadas para participar. Dessas, 17 já confirmaram presença na competição.

O jogo de abertura será entre o Náuas, equipe de Cruzeiro do Sul, contra o selecionado da Copa das Árvores, formada por indígenas representando seus vários povos. Além de futebol, haverá também outras atividades esportivas como campeonato de arco e flecha, cipó de força e arremesso de lança.

- O povo Kuntanawa é quem está tomando conta organização do torneio e essa Copa não envolve apenas as tribos indígenas, mas todas as etnias, com a proposta de discutir políticas para os povos tradicionais, sejam indígenas ou não - explica Rachel Moreira.

Moreira explica que a Secretaria de Turismo e Lazer (Setul) apoia o evento ajudando com a logística para proporcionar a participação de outros povos, além de fomentar e valorizar o eco turismo no estado.

- A Copa das Árvores é mais que apenas um festival indígena. O objetivo é discutir o conhecimento indígena, abordando o Povo Kuntanawa. Propõe que haja discussões na casa dos saberes, abordando a sustentabilidade, cultura, ambiente, espiritualidade e medicina, além da valorização e manutenção das manifestações tradicionais das comunidades extrativistas e indígenas - conclui.



Festival das Tribos fortalece o turismo em Juruti

SÍTIO PORTAL NA HORA, 31.07.2014

A região turística do Tapajós, no Pará, é referência para importantes eventos culturais, a exemplo do Sairé, que acontece no mês de setembro na vila de Alter do Chão, no município de Santarém. Outra manifestação que atrai para a região anualmente um grande fluxo de turistas é o Festibal – Festival das Tribos de Juruti, que começa nesta quinta-feira e segue até o dia 3 de agosto com o tema "Duas Paixões, um só coração".

O Festival das Tribos Indígenas de Juruti ou Festibal resgata em forma de espetáculo a cultura indígena nativa da cidade e se consolida a cada ano como uma das maiores manifestações culturais da Amazônia. O palco das apresentações é o Tribódromo, onde as tribos Muirapinima (vermelho e azul) e Munduruku (vermelho e amarelo) se enfrentam pela conquista do título. A festa retrata a cultura indígena em forma de música, artes cênicas, alegorias e danças. O modo de vida do caboclo, os rituais indígenas, o pescador e o farinheiro são algumas das inspirações do festival, que ocorre desde de 1995.

Todos os anos a Companhia Paraense de Turismo (Paratur) concede apoio promocional e de divulgação ao Festival das Tribos de Juruti, que este ano chega a sua 20ª edição, tendo em vista ser o evento considerado um importante atrativo turístico na região do Tapajós, onde também se destacam, neste sentido, os municípios de Santarém, Belterra, Oriximiná, Itaituba e Óbidos, entre outros.

O Festibal, que é realizado pela Secretaria Municipal de Cultura de Juruti, também faz parte da Incubadora de Eventos da Secretaria de Estado de Turismo (Setur), que durante o evento realiza na cidade uma visita técnica com objetivo de melhorar a performance do evento enquanto atrativo turístico. A ação é coordenada pelo Núcleo de Planejamento e Articulação Técnica Institucional (NATI) e pela Diretoria de Produtos Turísticos (DPRT), da Setur. A equipe vai conhecer os empreendimentos e pontos turísticos, participar da programação oficial e também de reunião com a equipe da Secretaria Municipal de Cultura para uma análise técnica do evento buscando a sua profissionalização e contribuições que possam aumentar o fluxo turístico, bem como o tempo de permanência dos turistas durante a realização do Festival.

Atualmente, nove programações são acompanhadas pela Incubadora de Eventos da Setur: Paixão de Cristo, em Barcarena; Festival do Miriti, em Abaetetuba; Festival Junino do Boi Tinga, em São Caetano de Odivelas; Festival do Camarão, em Muaná; Festival das Tribos Indígenas, em Juruti; Círio noturno fluvial de Santo Antônio, em Oriximiná; Festival do Sairé, em Santarém; Festival do Carimbó em Marapanim; e Marujada, em Bragança.

Conheça Juruti

Localização: Região Turística do Tapajós, mesorregião do Baixo Amazonas e microrregião de Óbidos.

CONT.



Distância de Belém: 848 km.

Acesso: Por avião - diversas companhias aéreas e algumas linhas de Táxi Aéreo fazem vôos regulares para Juruti - e de navio - partindo do porto de Santarém, saem barcos diariamente em vários horários. Entre as empresas que fazem o transporte fluvial está a Viação Tapajós (www.viacaotapajos.com.br) Os preços das passagens variam de R\$ 73 a R\$ 75.

Conheça Juruti: Juruti é uma cidade pequena, bastante acolhedora e conserva todas as características dos municípios da região do Baixo Amazonas. Foi uma aldeia dos índios Munduruku, fundada, segundo Ferreira Pena, em 1818, e submetida à administração de um missionário com poderes paroquiais. Na sua história um fato incomum: por duas vezes perdeu a condição de município. O primeiro ato de criação data de 9 de abril de 1885; 15 anos depois, em 3 de abril de 1900, por questões políticas, Juruti perdeu a autonomia municipal e seu território foi anexado a Óbidos e Faro. Voltou a ser município em 3 de abril de 1913, pela Lei 1.295, assim permanecendo até o advento do Decreto estadual nº 6, de 4 de novembro de 1930, quando ocorreu nova supressão, ficando seu território sob a administração direta do Estado. Em 3 de maio de 1935, Juruti voltou a ter autonomia, mas somente em 31 de março de 1938, pela Lei 2.972, constitui-se o município com seus limites geográficos atuais.

Turismo:

Lago Grande do Salé - A dez minutos da cidade, de carro ou de moto, o visitante vai encontrar com uma das mais exóticas paisagens de Juruti, o balneário da Ponte, igarapé de águas límpidas e geladas, e ainda pode contar com o serviço de restaurante, além de poder se deleitar com a natureza exuberante.

Lago do Jará - Um dos mais populares balneários da cidade, é formado pelo lago do Jará. Seus segredos e lendas encantam os visitantes e o passeio de canoa é um dos destaques, especialmente no final da tarde.

Praia do formigão (Juruti Velho) - Localizada no lago do Juruti Velho, distante do centro da cidade cerca de cinco horas de barco, ela surge no período de seca do rio, formando imensas pontas de areia que se estendem até o meio do lago.

Fonte: Agência Pará



Pesquisadores fazem recomendações para recuperação de área degradada por garimpo

SÍTIO PORTAL DIA DE CAMPO, 31.07.2014

A convite da Fundação Nacional do Índio (Funai), os pesquisadores Eduardo Campello e Sérgio Miana, da Embrapa Agrobiologia (Seropédica/RJ), fizeram uma expedição técnica na terra indígena Trincheira Bacajá, no Estado do Pará, onde existe o garimpo Manelão, para extração de ouro. Após passarem uma semana na região, os pesquisadores devem entregar nos próximos dias relatório com as principais recomendações técnicas para a recuperação da área degradada, que alcança uma extensão de aproximadamente 120 hectares. O documento também trará informações sobre espécies que podem dar sustento aos índios Xikrin, grupo de língua Kayapó que tradicionalmente ocupa o local.

De acordo com Campello, foi possível identificar na região uma grande presença de leguminosas arbóreas fixadoras de nitrogênio, o que pode ser importante para o processo de recuperação das áreas mineradas. "Espécies como ingás, eritrina, mimosas, taxi, acácias, angicos, entre outras, foram identificadas", destaca. Diversas recomendações já foram feitas para reduzir os impactos do garimpo e facilitar o processo de recuperação. "Uma das nossas orientações foi a separação do solo superficial rico em propágulos vegetais, matéria orgânica e microrganismos para retorno desse material quando a atividade de mineração for encerrada", informa.

Para elaborar o relatório, os pesquisadores fizeram um sobrevoo na região e verificaram a extensão das atividades do garimpo e o grau de impacto no ambiente. Além disso, também foi feita avaliação in loco, em conjunto com representantes da Funai, do Ministério Público do Pará e da aldeia Mrotidjam, pertencente à tribo Xikrin. "Para acessar o garimpo por terra viajamos 15 horas por estradas bastante precárias. Pernoitamos duas noites na região e conhecemos de perto o sistema de exploração do solo para retirada do ouro aluvial associado à camada de cascalho, que fica em uma profundidade de 3 a 4 metros abaixo da superfície", conta Campello.

A atividade de exploração de ouro em Trincheira Bacajá existe desde os anos 1980, antes mesmo da definição da terra indígena, e a previsão é de que se estenda até 2016, conforme acordo com a Funai. "O garimpo em terras indígenas não é um problema novo, e sua solução envolve muitos interesses sociais. Neste caso, a principal dificuldade é buscar uma solução que gere renda para atender às necessidades das comunidades locais, visto que garimpeiros e índios se beneficiam do dinheiro proveniente da mineração", opina Campello.